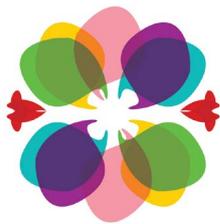


Necrobiopolítica e vivências trans: olhares sobre o dossiê de assassinatos e violências da ANTRA



PERIÓDICUS

ISSN: 2358-0844

n. 22, v. 1
jul.-ago.2025
p. 143-161

(Necrobiopolitics and trans experiences: perspectives on ANTRA's dossier of murders and violence)

(Necrobiopolítica y experiencias trans: perspectivas sobre el dossier de asesinatos y violencias de ANTRA)

Thais Geraldo Oliveira de Aguiar¹
Raquel Brandão Pereira²

RESUMO: Este artigo tem como objetivo analisar os dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no Dossiê de Assassinatos e Violências contra Travestis e Transexuais Brasileiras. Para isso, apoiamos-nos no conceito de necrobiopolítica para problematizar as relações existentes e buscar entender como o estado age (ou não) para governar as condutas de determinados grupos que vêm transgredindo com as normas de gênero. Com isso, busca-se analisar a distribuição desigual do direito à vida e ao reconhecimento da humanidade, problematizando como se tira a vida de certos grupos da população com mais frequência e de forma mais violenta do que de outros. A análise utiliza ferramentas da arqueogenealogia foucaultiana. Os dados analisados apontam que essas vivências são engendradas por uma engrenagem social, cultural e simbólica, que produz interações por meio da gestão da morte e de processos de invisibilização, fazendo com que certas vidas pareçam ter menos valor do que outras.

PALAVRAS-CHAVE: gênero; necrobiopoder; transfeminicídios; vidas precárias.

Abstract: This article aims to analyze the data presented by the National Association of Travestis and Transsexuals (ANTRA) in the Dossier of Murders and Violence against Brazilian Travestis and Transsexuals. To do so, we rely on the concept of necropolitics to problematize the existing relationships and seek to understand how the state acts (or fails to act) in governing the conduct of certain groups that are transgressing gender norms. Consequently, we aim to analyze the unequal distribution of the right to life and recognition of humanity, questioning how certain groups of the population are more frequently and violently deprived of life than others. The analysis employs tools from Foucault's archaeo-genealogy. The data indicate that these experiences are engendered by a social, cultural, and symbolic machinery that produces interactions through the management of death and processes of invisibilization, making certain lives appear to have less value than others.

Keywords: gender; necrobiopower; transfeminicides; precarious lives.

Resumen: Este artículo tiene como objetivo analizar los datos presentados por la Asociación Nacional de Travestis y Transexuales (ANTRA) en el Dossier de Asesinatos y Violencia contra Travestis y Transexuales Brasileñas. Para esto, nos basamos en el concepto de necrobiopolítica para problematizar las relaciones existentes y buscar entender cómo el estado actúa (o no) para gobernar las conductas de ciertos grupos que están transgrediendo las normas de género. Con esto, buscamos analizar la distribución desigual del derecho a la vida y al reconocimiento de la humanidad, problematizando cómo se priva de la vida a ciertos grupos de la población con más frecuencia y de forma más violenta que a otros. El análisis utiliza herramientas de la arqueogenealogía foucaultiana. Los datos analizados señalan que estas experiencias son engendradas por una maquinaria social, cultural y simbólica que produce interacciones a través de la gestión de la muerte y de procesos de invisibilización, haciendo que ciertas vidas parezcan tener menos valor que otras.

Palabras-clave: género; necrobiopoder; transfeminicídios; vidas precarias.

¹ Doutoranda no Programa de Pós Graduação em Educação em Ciências – FURG. E-mail: thaisaguiar.furg@hotmail.com.

² Doutora em Educação em Ciências, Professora Associada do Instituto de Educação – FURG, vinculada ao PPG em Educação e ao PPG em Educação em Ciências - FURG. E-mail: raquelquadrado@hotmail.com.



Artigo licenciado sob forma de uma licença Creative Commons [Atribuição 4.0 Internacional](https://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/). (CC BY-NC 4.0)

Recebido em 15/07/2024
Aceito em 26/05/2025

1 Introdução: por que a vida de algumas pessoas vale menos do que a vida de outras?

Início a escrita deste artigo com alguns questionamentos que vêm instigando o meu pensamento: como se tira a vida de certos grupos da população com muito mais frequência e de forma mais violenta do que de outros? Por que a vida de algumas pessoas vale menos do que a vida de outras? Quais existências contam como vidas? Quais são as condições para que uma vida seja passível de luto? Por que certas vidas provocam mais luto do que outras?

A filósofa Judith Butler, importante teórica da atualidade do feminismo e da teoria *queer*, coloca que:

Vidas são apoiadas e mantidas diferentemente, e existem formas radicalmente diferentes nas quais a vulnerabilidade física humana é distribuída ao redor do mundo. Certas vidas serão altamente protegidas, e a anulação de suas reivindicações à inviolabilidade será suficiente para mobilizar as forças de guerra. Outras vidas não encontrarão um suporte tão rápido e feroz e nem sequer se qualificarão como “passíveis de ser enlutadas” (Butler, 2019, p. 52).

O pensamento de Butler (2019) sobre vidas não passíveis de luto, vidas precárias, move a escrita da minha pesquisa. A autora fala em vidas que são destrutíveis, vidas que são perdíveis, vidas que não são dignas de serem vividas, que podem ser sacrificadas, porque são consideradas para muitos/as como ameaça à vida da forma como a conhecemos. A autora coloca que a pessoa estar viva nem sempre basta para ser reconhecida como uma vida:

Na verdade, uma figura viva fora das normas da vida não somente se torna o problema com o qual a normatividade tem de lidar, mas parece ser aquilo que a normatividade está fadada a reproduzir: está vivo, mas não é uma vida. Situa-se fora do enquadramento fornecido pela norma, mas apenas como um duplo implacável cuja ontologia não pode ser assegurada, mas cujo estatuto de ser vivo está aberto à apreensão (Butler, 2018, p. 22).

Importante salientar que essas vidas que estão fora do enquadramento fornecido pela norma, muitas vezes não são reconhecidas, e é esse reconhecimento que potencializa o que a autora chama de regime de inteligibilidade. Isto é, regras que foram sendo produzidas culturalmente que determinam os padrões que serão aceitos e os que não serão. E é preciso ao menos que uma vida seja inteligível para que ela seja reconhecida como vida.

Sendo produzidas culturalmente, as regras que sustentam o regime de inteligibilidade são mutáveis e tanto podem potencializar a vida, como produzir a morte. A autora Judith Butler problematiza este regime de inteligibilidade entre corpo, gênero e desejo, quando expõe:

Gêneros inteligíveis são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo. Em outras palavras, os espectros de descontinuidade e incoerência, eles próprios só são concebíveis em relação a normas existentes de continuidade e coerência, são constantemente proibidos e produzidos pelas próprias leis que buscam estabelecer linhas causais ou expressivas de ligação entre o sexo biológico, o gênero culturalmente constituído e a “expressão” ou “efeito” de ambos na manifestação do desejo sexual por meio da prática sexual (Butler, 2017, p. 43).



Sendo assim, o gênero adquire inteligibilidade por meio do sexo que, conseqüentemente, determina também, o desejo, de acordo com a lógica cisheteronormativo. A construção de uma coerência entre o sexo-gênero-desejo faz com que as identidades de gênero divergentes ao padrão, como as vivências trans, sejam impensáveis dentro do regime cisheteronormativo em que vivemos.

Logo, os gêneros só alcançam essa inteligibilidade quando correspondem socialmente ao sexo, ou seja, na menina é produzida a feminilidade e no menino, a masculinidade. Assim, a cisgeneridade é compulsória e uma das condições para que as vidas sejam reconhecidas e legitimadas, atuando por meio de exclusões institucionais e violências cotidianas.

A autora e pesquisadora trans Viviane vergueiro (2016) percebe a cisgeneridade como um projeto colonial de compreensões socioculturais ocidentalizadas de gênero, que abrangem um certo modo de ser, tido como natural, normal e biológico, a ponto de sequer serem nomeadas. Como consequência, todos aqueles que não estão em conformidade com as normas vindas dessa identidade matriz é estigmatizado, marginalizado e desumanizado.

Ainda conforme a autora, a cisgeneridade é compulsória e estrutura as relações sociais, não é uma condição neutra ou dada, mas sim uma ficção, uma tecnologia social que se baseia em três eixos principais: a ideia de que o gênero é pré-discursivo, ou seja, inato ao corpo, que é binário, possibilitando apenas a existência de homem/macho/masculino ou mulher/fêmea/feminino, e que é permanente, logo estável ao longo da vida (vergueiro, 2016).

Institui-se, assim, a cisgeneridade **como a forma legítima de identidade de gênero**, não limitando-se apenas à imposição de uma identidade, mas a organização da vida social, do acesso a direitos e da própria possibilidade de existência. Assim, não existe reconhecimento de vida inteligível para as vivências trans, pois tais vidas estão rompendo com o padrão normativo de gênero. Para estas vivências resta a precariedade, resta a vida não passível de luto.

Diante de tais discussões, os dados do *Trans Murder Monitoring 2023*³, realizado pela *Transgender Europe*⁴ de que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo pela décima quinta vez consecutiva, atravessa o meu pensamento. Segundo consta no levantamento, quase três quartos (73%) de todos os homicídios registrados foram cometidos na América Latina e no Caribe e quase um terço (31%) do total ocorreu no Brasil.

Neste artigo, discuto os dados apresentados pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA) no dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras, publicado em 2024, analisando a partir das lentes da necrobiopolítica, ferramenta

3 Link de acesso aos dados: <https://tgeu.org/trans-murder-monitoring-2023-global-update/>. Acesso em: 10 abr. 2024.

4 Link de acesso ao site: <https://tgeu.org/>. Acesso em: 10 abr. 2024.



conceitual potente e atual para pensar as relações e mecanismos de poder, principalmente nos contextos sociais precarizados, onde a vida não encontra territórios privilegiados, mas a morte e a possibilidade de matar constroem determinadas relações sociais.

1.1 Necrobiopolítica: entendimentos, discussões, provocações...

Nesse artigo, relacionamos o conceito de necrobiopolítica da autora Berenice Bento (2018) com os dados contabilizados pela ANTRA. A autora propõe um acoplamento conceitual entre a biopolítica (Foucault, 2008) e a necropolítica (Mbembe, 2020), em que ambos os autores argumentam sobre a vida e a morte, evidenciando uma crítica ao poder.

Foucault pensa a biopolítica como um conjunto de técnicas e estratégias para construção de um poder que orienta e controla os corpos. Essa tecnologia de poder se efetiva por meio do biopoder, que atua no corpo social e preocupa-se com a população, buscando gerir a sociedade, por meio de estratégias que visam regulamentar a vida dos sujeitos na coletividade (Foucault, 1999).

Mas e quando essas estratégias escapam a determinadas existências? Há o mesmo interesse em regulamentar a vida de todas/os? A partir disso Mbembe coloca que a noção de biopoder é insuficiente para dar conta das formas contemporâneas de submissão da vida ao poder da morte. O autor propõe a noção de necropolítica e necropoder:

[...] para dar conta das várias maneiras pelas quais, em nosso mundo contemporâneo, as armas de fogo são dispostas com o objetivo de provocar a destruição máxima de pessoas e criar “mundos de morte”, formas únicas e novas de existência social, nas quais vastas populações são submetidas a condições de vida que lhes conferem o estatuto de “mortos-vivos” (Mbembe, 2018, p. 71).

Sendo assim, a autora Berenice Bento (2018, p. 04) coloca que “Necropoder e biopoder (vida matável e vida vivível) são termos indissociáveis para se pensar a relação do Estado com os grupos humanos que habitaram e habitam o Estado-nação”. Logo, o acoplamento teórico entre necropoder e biopoder – o necrobiopoder, mostra-se potente já na grafia da palavra. Diferentemente do que outros/as autores/as vêm articulando, Bento defende que o necro como prefixo, antes de bio, é importante, já que “a pilhagem e o genocídio antecedem aquilo que hoje podemos chamar de biopoder, definindo uma cultura política baseada na eliminação do Outro” (Bento, 2018, p. 04).

Este acoplamento nos coloca frente a desafios atuais que determinadas populações enfrentam para pensar as relações e mecanismos de poder que ali operam, principalmente em contextos sociais marginalizados. É nestes contextos que a vida historicamente não encontra territórios privilegiados, mas sim, a morte e a possibilidade de matar tornam-se constituintes dessas relações sociais. Assim, Bento defende que o necrobiopoder “unifica um campo de estudos que



tem apontado atos contínuos do Estado contra populações que devem desaparecer e, ao mesmo tempo, políticas de cuidado da vida”. (2018, p. 07)

Nessa perspectiva, penso que as políticas de gênero e sexualidade que temos atualmente no Brasil se dão através de necrobiopolíticas, visto que, conforme coloca a autora “o desejo é pela eliminação sistemática daqueles corpos que poluem a pureza de uma nação imaginada, um tipo de ‘correia de transmissão’ de uma Europa também imaginada: branca, racional, cristã, heterossexual”. (2018, p. 4)

Logo, o mecanismo central de uma necrobiopolítica é a prática de uma guerra social de determinados grupos sociais contra outros. A gestão destes grupos em um Estado governamentalizado, segundo essa maquinaria política, faz-se através da guerra de uns contra outros, da eliminação de determinados grupos para a afirmação de outros, aproximando-os de práticas fascistas que vão se proliferando até instituir um fascismo de Estado.

Sendo assim, essa lógica faz parte de um campo de exclusão e de extermínio socioeconômico, nos quais o exercício de uma necrobiopolítica “empurra” à morte aquelas/es que não são capazes de encaixar-se dentro das normativas manipuladoras e prescritivas em que a sociedade é organizada.

Bento (2018) nomeia como necrobiopolítica um conjunto de técnicas de promoção da vida e da morte a partir de atributos que qualificam e distribuem os corpos em uma hierarquia que retira deles a possibilidade de reconhecimento como humanos. Sendo assim, devem ser eliminados, enquanto outros devem viver, o que se configura como racismo de Estado.

Foucault (2005) argumenta que os racismos podem ser usados como ferramenta de controle social, moldando políticas e práticas para marginalizar determinados grupos. Logo, aparecem como condutores da morte. Apontamos que racismo, neste estudo, não é vinculado necessariamente às condições de raça e etnia, mas engloba outros caracteres que são utilizados para fazer distinção daqueles/as que estão rompendo com uma norma vigente. Por essa razão, relacionamos aqui as vivências trans. Segundo o autor:

Quanto mais as espécies inferiores tenderem a desaparecer, quanto mais os indivíduos anormais forem eliminados, menos degenerados haverá em relação à espécie, mais eu – não enquanto indivíduo, mas enquanto espécie – viverei, mais forte serei, mais vigoroso serei, mais poderei proliferar (Foucault, 2005, p. 305).

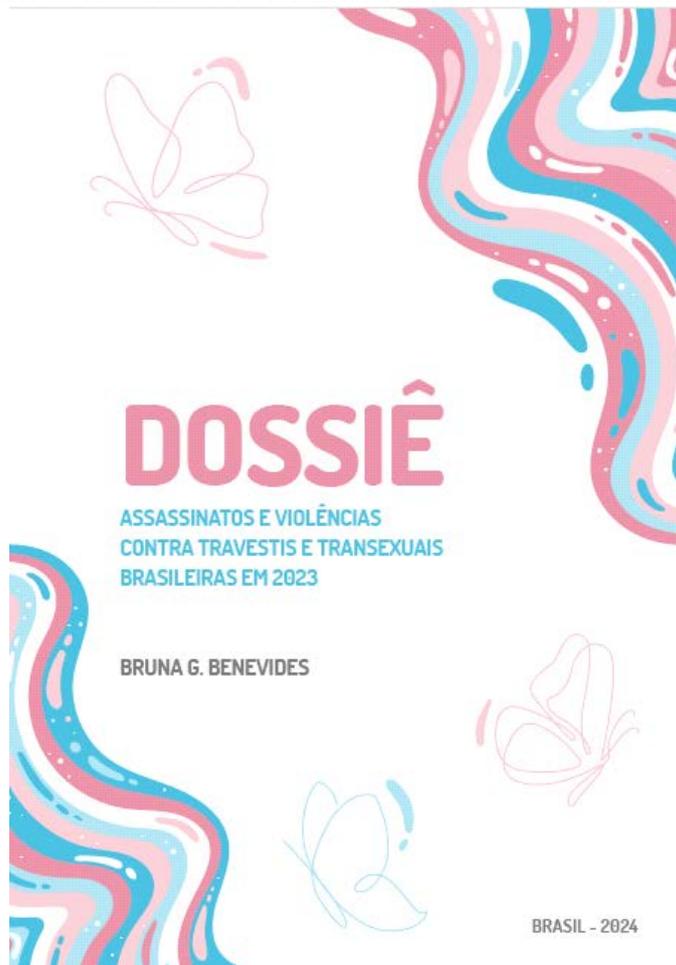
Nesse contexto, “a morte do outro, a morte da raça ruim, da raça inferior (ou do degenerado, ou do anormal), é o que vai deixar a vida em geral mais sadia; mais sadia e mais pura” (Foucault, 2005, p. 305). Logo, a necrobiopolítica atua na possibilidade de eliminação do perigo biológico, ou seja, as mortes são motivadas e legitimadas pelo racismo enraizado na nossa sociedade.



2 Delineando os caminhos da pesquisa

Para discutir o dado de que o Brasil é o país que mais mata pessoas trans no mundo, escolhemos como *corpus* de análise o dossiê de assassinatos e violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2023⁵, publicado em 2024, pela Associação Nacional de Travestis e Transexuais do Brasil (ANTRA), por entender que esse documento traz os dados de forma contextualizada, tornando-se ainda mais potente para o desenvolvimento das nossas análises.

Figura 1 – Capa do dossiê de assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2023.



Fonte: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>.

Para isso, buscamos inspiração na arqueogenealogia foucaultiana, e assumimos este documento como monumento, como nos propõe Michel Foucault (2008, p. 08):

[...] em nossos dias a história é o que transforma os documentos em monumentos e que desdobra, onde se decifravam rastros deixados pelos homens, onde se tentava reconhecer em profundidade o que tinham sido, uma massa de elementos que devem ser isolados, agrupados, tornados pertinentes, inter-relacionados, organizados em conjuntos.

⁵ O dossiê pode ser acessado através do link: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>



A partir disso, entendo que o documento analisado surge através de condições de possibilidades enraizadas estruturalmente na nossa sociedade, como o machismo, o racismo, a transfobia, o pânico moral, os ideais misóginos e conservadores que fizeram com que hoje chegássemos a ser o país que mais mata pessoas trans no mundo.

O dossiê da ANTRA é uma publicação anual, realizada desde 2017, organizado pela ativista trans Bruna Benevides e levado ao público para que se possa visibilizar os dados e refletir sobre os elevados índices de assassinatos contra a população trans no Brasil. De acordo com Benevides (2022, p. 09):

A violência transfóbica, o discurso de ódio e uma ideologia antitrans tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos. Aliado a cena caótica, houve à disseminação de *fakenews* e o recorrente uso do *trans panic* como forma de ter alcance (e muitas vezes, relevância sobre a pejorativação dos grupos) na internet, angariando adeptos e aproximando grupos antagonísticos para a unificação e fortalecimento de uma disputa *cissexista*.

No Brasil, há carência de dados governamentais das secretarias de segurança pública com relação aos assassinatos da população trans, sendo assim a ANTRA faz um dossiê anual sobre as mortes de travestis e transexuais, visto que estes dados não são contabilizados de forma discriminada como deveriam. Para este fim, a associação não conta com recurso (financeiro ou material), realizando de modo autônomo o levantamento dos assassinatos tanto no ambiente virtual, como *in loco* por todo país, nos municípios, delegacias, hospitais, Instituto Médico Legal (IML) e etc. A falta de apoio e investimento do Estado dificulta o acesso às informações que, muitas vezes, são negadas, sigilosas ou inexistentes.

É inegável que os números, gráficos e índices ocupam uma posição de centralidade no dossiê apresentado pela ANTRA, talvez devido ao fato de os números terem adquirido um indiscutível poder na cultura política moderna. Qual o propósito de denunciar esses fatos através de índices, gráficos, porcentagens? Quais são os efeitos sobre a população em geral? As estatísticas funcionam aqui como uma engrenagem constituinte dos fatos notáveis. É preciso quantificar para conhecer, para governar, então por que estes dados não são quantificados do mesmo modo pelo Estado e pela ANTRA? As vivências só são possíveis de serem pensadas quando conhecidas, nomeadas, classificadas, para assim então governá-las. Teria o Estado interesse em governar vivências que estão transgredindo com as condutas normativas de gênero?

Segundo Foucault (2008), as estatísticas mostram que as populações têm suas regularidades: seu número de mortos, seu número de doentes, seu número de acidentes. Mas e quando as



instituições falham? Temos um ‘cistema’⁶ atuando fortemente para negar os fatos, invisibilizar os números, apontando que não é do interesse de uma população carregada de preconceitos racistas, misóginos, machistas e homofóbicos reconhecer vivências outras e trabalhar para combater o que esses números expressam.

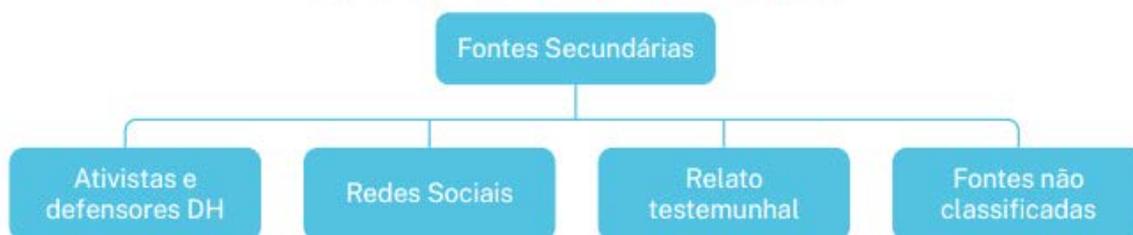
O levantamento realizado pelas ANTRA é feito de forma quantitativa e mesmo esses dados não expressam a totalidade de assassinatos e/ou a violência contra pessoas trans, devido às próprias limitações na busca dos dados para a construção do dossiê, sobretudo pela inexistência de informações governamentais sobre violência LGBTIfóbica, onde os estados e o governo federal insistem em uma política de manutenção da subnotificação para negar a violência específica contra essa população. Dessa forma, as fontes utilizadas para a construção do dossiê são de dois tipos: primária e secundária.

Figura 2 – Fontes de informações para realização do dossiê.

Figura: Fontes primárias de informações



Figura: Fontes secundárias de informações



Fonte: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>

Apresentamos brevemente, aqui, como o dossiê vem sendo organizado. Publicado em janeiro de 2024, conta com 121 páginas e está organizado em: 1. Introdução – a volta do Brasil e a sua dificuldade de enfrentar a transfobia; 2. Pesquisa, a) objetivos b) metodologia; Parte I – Assassinatos, Parte II – Violações de Direitos Humanos, violências e suicídios e Parte III – Recomendações e artigos. Focamos os nossos olhares para análise da parte I do dossiê, intitulada “Assassinatos”, esta apresenta os dados de assassinatos em 2023, sendo analisados os dados referentes ao perfil das vítimas – por idade, por classe e contexto social, por raça e por gênero e os

⁶ A ativista e pesquisadora trans Viviane vergueiro (2016) utiliza a palavra ‘cistema’ como uma corruptela de ‘sistema’, com a intenção de denunciar a existência de cissexismo e transfobia no sistema social e institucional dominante.



tipos de assassinatos.

3 Olhares sobre o dossiê de assassinatos e violências da antra

Nos últimos anos em que esta pesquisa foi realizada no país, foi identificada a existência de um ciclo de exclusões e violências, à vista disso, foi necessário detalhar os marcadores que são responsáveis por este processo de precarização das vidas e vulnerabilização das pessoas trans. Visto que “esse ciclo leva as pessoas trans à marginalização e, conseqüentemente, à morte, social e física, seja por falta de acesso a direitos fundamentais, sociais e políticos, ou, ainda, pela omissão do Estado em garantir o bem-estar social dessa população” (Benevides; Nogueira, 2022, p. 39).

Notamos que esse ciclo de exclusões se dá através de relações de hierarquia, como os dados que o dossiê de violências e assassinatos nos apresentam, já que a maioria das vítimas se identificavam com o gênero feminino e eram jovens, negras, empobrecidas, moradoras de regiões periféricas. Nesses locais, os racismos, sejam eles estrutural, institucional ou policial, estão presentes e quando cruzados com uma identidade de gênero não cisgênera, amplificam-se ainda mais os riscos.

A interseccionalidade é fundamental para compreender como esse ciclo de exclusões e violências se manifesta. Como o dossiê de violências e assassinatos da ANTRA demonstra, a maioria das vítimas se identificava com o gênero feminino, eram jovens, negras, empobrecidas e moradoras de regiões periféricas. Essa realidade não é aleatória; ela aponta como diferentes sistemas de exclusões – como o racismo (estrutural, institucional e policial), o sexismo, a cisnormatividade e a desigualdade de classe – não operam isoladamente, mas se cruzam e se potencializam. Para a autora Kimberlé Crenshaw:

A interseccionalidade é uma conceituação do problema que busca capturar as conseqüências estruturais e dinâmicas da interação entre dois ou mais eixos da subordinação. Ela trata especificamente da forma pela qual o racismo, o patriarcalismo, a opressão de classe e outros sistemas discriminatórios criam desigualdades básicas que estruturam as posições relativas de mulheres, raças, etnias, classes e outras. Além disso, a interseccionalidade trata da forma como ações e políticas específicas geram opressões que fluem ao longo de tais eixos, constituindo aspectos dinâmicos ou ativos do desempoderamento (Crenshaw, 2002, p. 177).

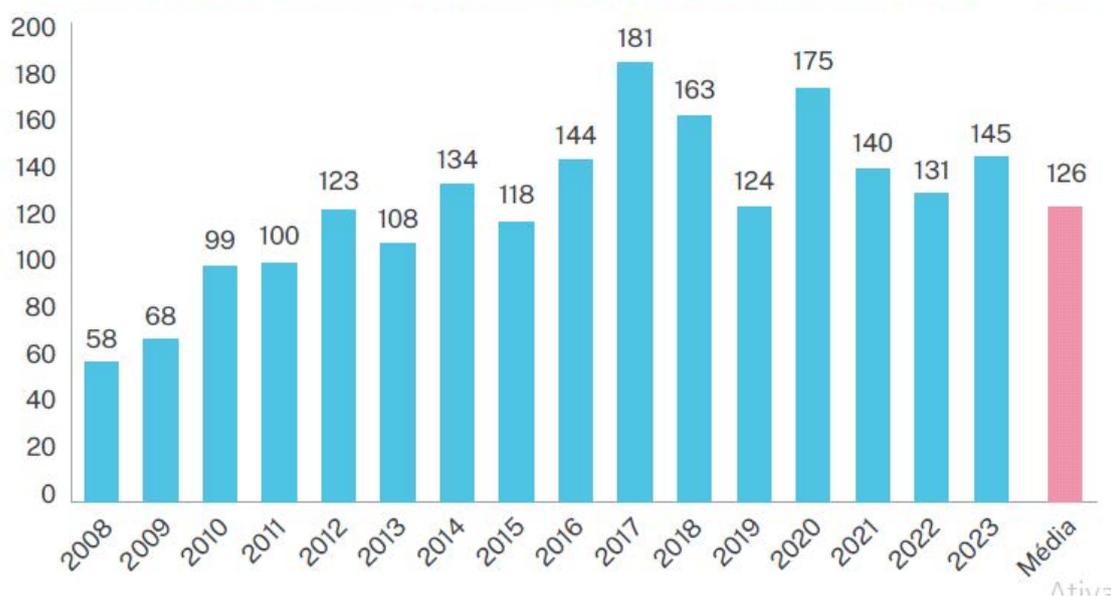
Assim, ser uma mulher trans, negra e empobrecida não significa apenas enfrentar o preconceito por ser trans, mas, também, o preconceito por ser mulher, por ser negra e o preconceito por ser pobre, vivenciando uma forma única e intensificada de exclusão, onde essas identidades interligadas amplificam os riscos e a vulnerabilidade à violência. O prisma da interseccionalidade nos permite enxergar a complexidade dessas dinâmicas e a necessidade de abordagens que considerem a multiplicidade de fatores que moldam as experiências de vida e as violências sofridas



por determinados grupos.

Ainda de acordo com o documento, o Brasil continua com a liderança no *ranking* dos assassinatos de pessoas trans no mundo, com números que se mantiveram acima da média, comparado a outros anos. O Dossiê também traz dados do projeto de pesquisa *Trans Murder Monitoring* (TMM) que monitora, coleta e analisa sistematicamente os relatórios de homicídios de pessoas trans e com diversidade de gênero em todo o mundo e desde o início do levantamento⁷, em 2008, o Brasil tem sido o país que mais reporta assassinatos de pessoas trans no mundo. No ano de 2023 ultrapassou em 150% o índice da primeira pesquisa, contabilizando 145 assassinatos.

Figura 3 – Índices de assassinatos de pessoas trans entre os anos de 2008 a 2023.
Gráfico: Dados dos Assassinatos de pessoas trans e no Brasil entre 2008 e 2023¹⁰³ - TGEU



Fonte: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>.

De acordo com o TMM, 320 pessoas trans foram assassinadas no mundo entre outubro de 2022 a 30 de setembro de 2023. Ao todo, 235 desses casos aconteceram na América Latina e Caribe e, desses, 145 no Brasil. É preciso salientar que esse número não inclui todos os casos relatados em todo o mundo, são apenas os que alcançam a organização, e que o número elevado de assassinatos no Brasil pode ser atribuído à existência de organizações como a ANTRA, que realizam esse levantamento.

Além de quantificar os assassinatos, foi traçado um perfil das vítimas elencando, sempre que possível, outros marcadores para além do gênero, como idade, classe/contexto social e raça. Destaca-se, sob a óptica interseccional, a complexidade das situações de violências e exclusões,

⁷ De 2008 a 2016 o Grupo Gay da Bahia foi responsável por fazer esse levantamento no país.



reconhecendo as consequências estruturais e dinâmicas da interação entre esses diferentes marcadores. Foram 145 assassinatos de pessoas trans, sendo 136 travestis e mulheres transexuais e 09 casos de homens trans e pessoas transmasculinas, sendo que não foram encontradas informações de assassinatos de pessoas não binárias na pesquisa de 2023.

Figura 4 – Índices de assassinatos de travestis, mulheres trans, homens trans e pessoas transmasculinas.

Gráfico: Assassinatos Travestis e mulheres trans (2017-2023)



Gráfico: Assassinatos Homens trans/Pessoas Transmasculinas (2017-2023)



Fonte: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>

Os dados nos possibilitam afirmar que as vivências trans incomodam, justamente por abrirem fissuras nos espaços em que transitam, que têm como premissa uma lógica heteronormativa, onde o gênero, o sexo e a sexualidade devem seguir um regime de inteligibilidade. Além disso, analisando esses índices, percebemos uma abjeção ao feminino. É inegável que todas as vivências trans sofrem com questões de violência, mas fica evidente que as que se aproximam do feminino estão mais expostas ao preconceito, isso se dá “porque o feminino é o gênero mais desvalorizado



na sociedade em que vivemos e torna-se ainda mais vulnerabilizado quando deslocado dos corpos de mulheres não trans” (Bento, 2016, p. 53).

Ademais, no ano em questão foram divulgadas nas mídias reportagens com um levantamento apontado pelo site pornô RedTube⁸, mostrando que os/as brasileiros/as figuram novamente entre os mais interessados em procurar vídeos onde as protagonistas são travestis e mulheres trans e, simultaneamente, é o país que mais mata travestis e trans no mundo, ou seja, temos um duplo movimento de abjeção e desejo. Como afirma o autor Jorge Leite Jr. (2012, p. 559), “um dos grupos sociais que atualmente mais causam repulsa, medo, ódio e, ao mesmo tempo, curiosidade, espanto e desejo são o das pessoas que transitam entre os gêneros e/ou sexos”.

Se o Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo, quais são os dispositivos acionados, como modo de subjetivação, que fazem com que seja, também, um dos países onde mais se procura e consome pornografia trans? Haveria aqui um paradoxo entre as relações de desejo e abjeção? Esse paradoxo, desde 2016, vem sendo pauta dos movimentos sociais para elucidar as contradições a que as pessoas trans são submetidas. Ou seja, um país que as mata, que carece de políticas públicas para protegê-las, mas que as “consome” em plataformas pornográficas, evidenciando uma relação de desejo, mas também de abjeção.

Mariah Rafaela Silva analisa o que chama de cultura do recalçamento desejanter e propõe a noção de te(n)são, a autora explora que o olhar cis:

[...] é uma parafernália semiótica que, ao longo da era moderna e enraizada na contemporaneidade, tem fomentado tanto uma cultura do desprezo, quanto uma cultura do ódio e, principalmente, do recalçamento desejanter. [...] Duas dinâmicas aparentemente distintas que se complementam, indicando que há algum tipo de dispositivo de recalçamento que supostamente induz a uma espécie de “culpa” ou traição pelo desejo. Esse que faz com que “humanos” se atraiam por aquilo que há de mais monstruoso, repugnante e pecaminoso na “natureza humana”, ou melhor, na monstruosidade inumana. Matar essas criaturas seria, portanto, o equivalente a uma expurgação divina. (Silva, 2023, p. 150)

Desta forma, os corpos trans apresentam-se como um paradoxo, sendo ao mesmo tempo objetos de desejo e de abjeção. A busca por tais corpos só pode se dar no sigilo, as escondidas, na frente de uma tela. Mas o desprezo a tais vidas tem que ser público, é necessário violentar, sodomizar, matar, pois, só assim seremos “perdoados” e purificados de nossos desejos pecaminosos.

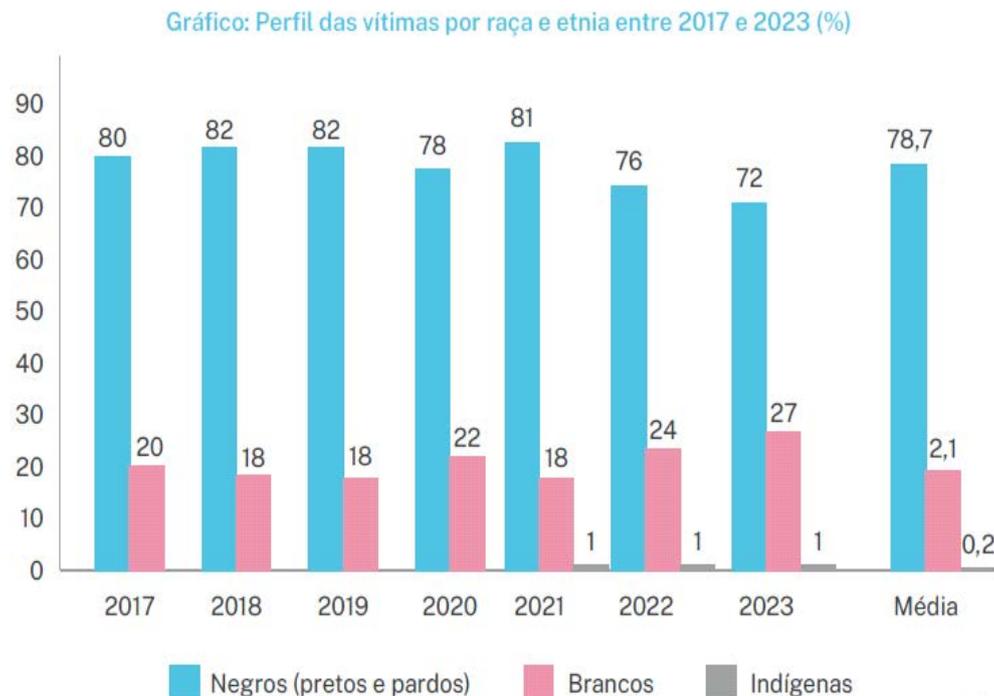
Outro marcador que produz abjeção diz respeito à questão racial. De acordo com a ANTRA, a identidade racial das vítimas foi delineada, na maioria das vezes, através de pesquisas em seus perfis nos sites de redes sociais, já que quando os assassinatos eram divulgados, esse marcador

⁸ O RedTube ganhou popularidade por seu nome não remeter a conteúdo sexual e de acordo com a descrição do site o próprio apresenta as últimas tendências em vídeos pornôs e é o portal de filmes pornôs gratuitos nº1. Link de acesso: <https://www.redtube.com.br/>



importante estava ausente. Conforme a pesquisa, 72% das vítimas eram travestis/mulheres trans negras – pretas ou pardas (de acordo com o Estatuto da Igualdade Racial), evidenciando o fato de que é a população negra a que tem maiores chances de ser assassinada.

Figura 5 – Perfil das vítimas por raça e etnia entre 2017 e 2023.



Fonte: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>

Importante destacar que a necrobiopolítica não atinge da mesma forma todos os corpos trans. Corpos brancos, que possuem maior passabilidade⁹ e que habitam privilegiadas regiões muitas vezes escapam desse regime de exclusões e violências. Embora a necrobiopolítica não escape à organização histórico-colonial, pelo contrário, é reiterada, mantendo o racismo como modelo social brasileiro e fazendo com que determinados corpos sejam submetidos a expropriação e dessubjetivação. Para Agamben (2005), a dessubjetivação corresponderia a uma espécie de desmantelamento ou destruição do “eu-outro”, a partir da aniquilação de sua autonomia e do desconhecimento de sua capacidade cognitiva, produzindo o apagamento de sua identidade enquanto sujeito social.

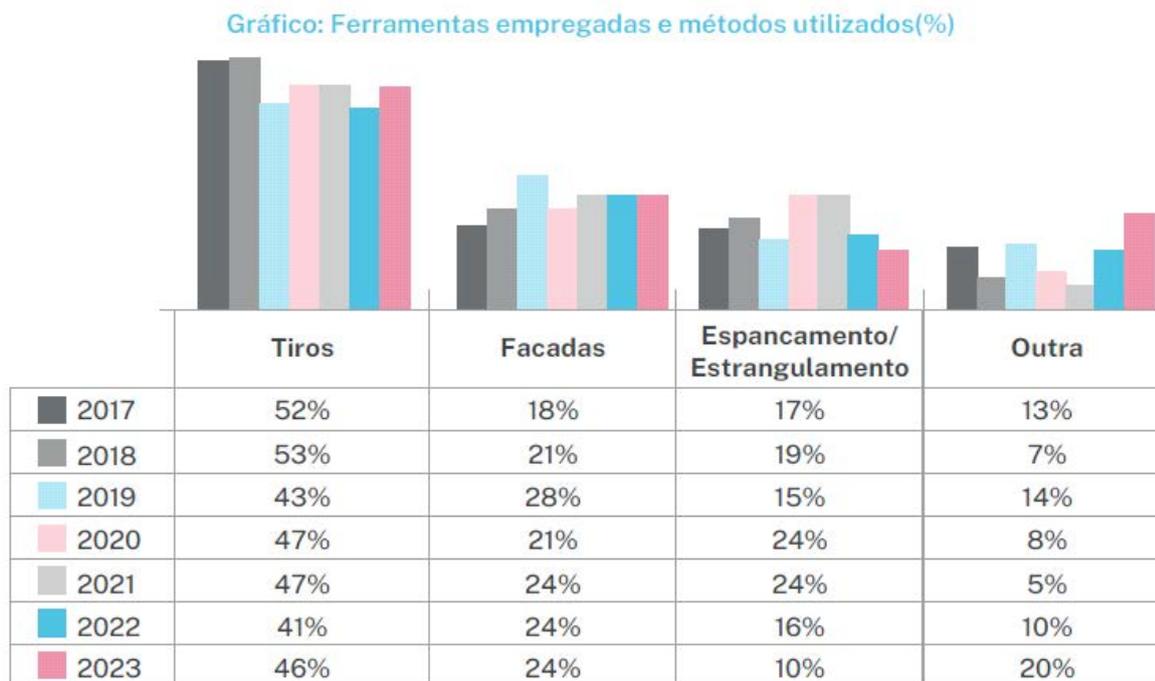
Segundo o que também é apresentado no relatório, a cada 48 horas uma pessoa trans é assassinada, sendo que em 80% dos casos apontados pela Associação, houve algum tipo de

⁹ Passabilidade é um termo utilizado para definir quando a pessoa trans é lida pela sociedade como se fosse cis. Cis faz referência a uma pessoa cisgênero, que de acordo com a autora Jaqueline de Jesus, constitui um “conceito ‘guarda-chuva’ que abrange as pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado quando de seu nascimento” (Jesus, 2012, p. 14).



crueidade, como apedrejamento, carbonização, decapitação, mas os métodos mais utilizados foram tiros, facadas, espancamento e estrangulamento, conforme o gráfico abaixo:

Figura 6 – Ferramentas empregadas e métodos utilizados nos assassinatos.



Fonte: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>

Os métodos e ferramentas utilizados apontam para um extremo de violência, dando indícios do quanto estes corpos são vistos como abjetos, sendo negada a eles a condição de vida passível de luto. Não só eles precisam ser eliminados, como devem ser extirpados da sociedade com requintes de crueldade.

Se a violência é cometida contra aqueles que são irreais, então da perspectiva da violência, não há violação ou negação dessas vidas uma vez que elas já foram negadas. Mas elas têm uma maneira estranha de permanecer animadas e assim devem ser negadas novamente (e novamente). Elas não podem ser passíveis de luto porque sempre estiveram perdidas ou, melhor, nunca “foram”, e elas devem ser assassinadas, já que aparentemente continuam a viver, teimosamente nesse estado de morte. A violência renova-se em face aparente inesgotabilidade do seu objeto. A desrealização do “Outro” significa que ele não está nem vivo nem morto, mas interminavelmente spectral (Butler, 2019, p. 54).

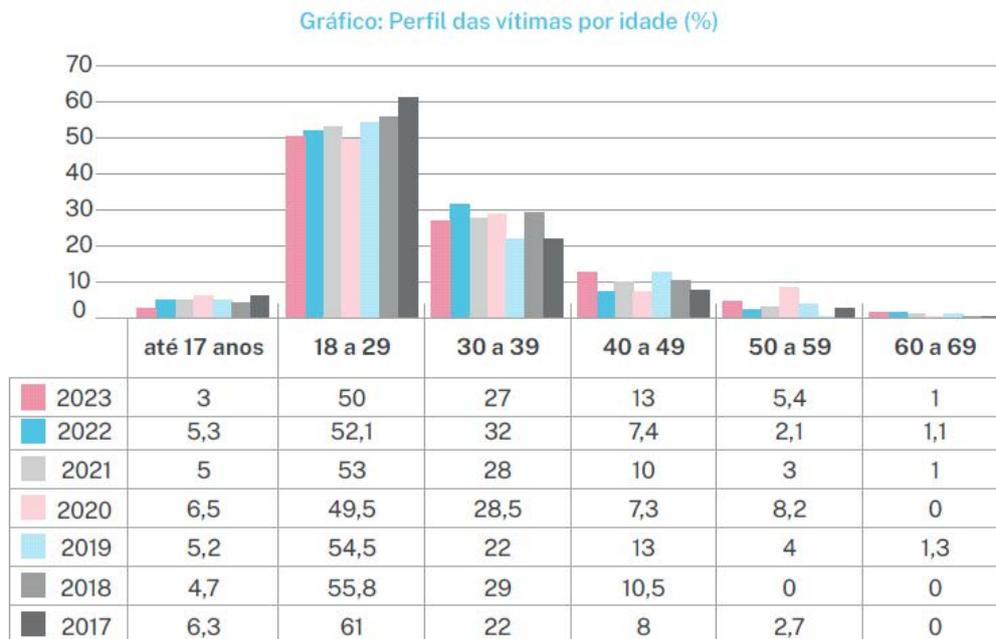
Além disso, o ato de matar pode estar associado ao homicídio, mas também à invisibilização, à expulsão, à estigmatização, à exclusão social e à negação de direitos. Pode estar associado, ainda, à exposição à morte, à replicação dos riscos de morte, como o medo de viver com o dado de que a média da expectativa de vida de uma pessoa trans é de 35 anos, menos da metade da expectativa do resto da população brasileira.

De acordo com o dossiê, dentre as pessoas trans assassinadas em 2023, 90 tinham idades



entre 13 e 39 anos, o que representa 81% das vítimas. A idade média das vítimas foi de 30,4 anos. De forma geral, a idade média das vítimas se manteve no mesmo índice dos últimos anos, com variações entre 29 e 30 anos.

Figura 7 – Gráfico apontando a idade das vítimas nos últimos 6 anos.



Fonte: <https://antrabrazil.org/wp-content/uploads/2024/01/dossieantra2024-web.pdf>.

Conforme os índices que o gráfico aponta, é evidente que a juventude trans segue sendo a mais atingida pelo genocídio contra essa população. Porém, é importante destacar que estes dados podem variar de acordo com diversos fatores, como: saúde, acesso à educação, regionalidade, condição social e de segurança. Embora a expectativa de vida não deva ser considerada como uma sentença de morte, estes dados, no mínimo, causam medo.

Bento afirma que “o medo é um dos elementos centrais que irá sustentar as necrobiopolíticas” (2018, p. 13). Mbembe coloca que o terror não se encontra de um lado e a morte do outro. Terror e morte estão no coração de cada um. Como Elias Canetti nos lembra, o sobrevivente é aquele que, tendo percorrido o caminho da morte, sabendo dos extermínios e permanecendo entre os que caíram, ainda está vivo. (2018, p.62)

Penso esses transfeminicídios como um regime político de racismo de estado onde essa população é morta, na maioria das vezes brutalmente, como uma tentativa de assepsia. Sendo assim, elimina-se uma parte da população em nome do bem-estar de uma comunidade. Isso é evidenciado quando alguns crimes são filmados e divulgados na internet, e através dos comentários que circulam nas publicações com relação aos crimes transfóbicos, vivências trans são enunciadas



como uma “ameaça a família tradicional brasileira, ao cidadão de bem, branco, heterossexual, cisgênero, cristão...”, “pessoas trans não podem reproduzir”, são “aberrações”, “transtornados”, “anormais” ... Assume-se, então, como não passível de luto a morte dessa população, em nome de uma moralidade.

Logo, penso na moralidade e no pânico moral, como uma das engrenagens que sustentam o necrobiopoder no Brasil. Miskolci coloca que os pânicos morais são [...] mecanismos de resistência e controle da transformação societária, emergem a partir do medo social com relação às mudanças, especialmente as percebidas como repentinas e, talvez por isso mesmo, ameaçadoras. (2007, p. 103).

Assim, o medo social alimenta as políticas de morte que, por sua vez, reforçam a marginalização e exclusão de determinados grupos, desumanizando-os, criando condições precárias para que permaneçam às margens, em risco e refletindo as estruturas de poder que moldam a sociedade para promover agendas específicas. Portanto, compreender esses fenômenos é importante para analisarmos como as dinâmicas sociais contemporâneas vão se arranjando e, assim, contribuir para abrir fissuras nesse ‘cistema’ construído.

4 Necrobiopolítica e vivências trans: algumas considerações

O genocídio da população trans se constitui hoje como um dos grandes traços da necrobiopolítica no Brasil, que se encontra nas formações culturais e históricas de como nos constituímos como nação. A inspiração arquegenealógica foucaultiana nos permite olhar para o dossiê, não para buscar uma “verdade”, mas problematizando os dados como ferramentas de análise. Estes nos colocam frente a situações que exigem reflexões e tomadas de posições mais incisivas no enfrentamento das práticas transfóbicas, racistas, misóginas como engrenagens necrobiopolíticas.

É indiscutível que não é de interesse do Estado trazer à tona os altos índices de assassinatos e violências contra a população trans, e assim, governar para gerir essa população. Logo, o documento analisado representa uma importante produção de conhecimento e de denúncia a respeito do que é vivenciado por aquelas/es que escapam ao determinismo biológico. Tais números justificam uma necessidade de implementação de políticas públicas que garantam a segurança dessa população. Os números aqui apresentados não são apenas descritivos, mas constituem estas vivências que são perpassadas pela precariedade.

É urgente discutir o transfeminicídio e a violência que ele atenta contra pessoas trans sob um olhar multifatorial, que entenda as complexas teias sociais em que essas pessoas estão ou são colocadas e, sobretudo, os processos de precarização que enfrentam devido à sua condição



enquanto pessoas não-cisgêneras.

A falta de dados e de intervenções estatais pela promoção de direitos das pessoas trans, tende a aprofundar a vulnerabilidade de tal população à violência, especialmente quando cruzamos outros marcadores, além do gênero, como de raça, classe social e idade. Logo, interseccionalidade emerge como um conceito-chave para discutir a complexidade das experiências de exclusões e violências, desafiando abordagens tradicionais e promovendo uma luta mais potente pela promoção da igualdade e justiça social.

A invisibilidade evidenciada é um modo de governar, estabelecendo que alguns não são dignos de serem vistos e nem lembrados, nem ao menos de ter direitos. Nas palavras de Fernando Seffner, “se preserva a hierarquia que supõe alguns com vidas mais preciosas e viáveis do que outros, que podem ser mortos ou ser deixados a morrer. A invisibilidade das minorias não é apenas simbólica” (Seffner, 2020, p. 16).

Sendo assim, concluo que as vivências trans são perpassadas por necrobiopolíticas compreendidas como engrenagens sociais, culturais e simbólicas, que produzem interações sociais por meio da gestão da morte e da invisibilização, fazendo com que certas vidas, na nossa sociedade, tenham menos valor do que outras.

Dessa forma, não existe reconhecimento de vida inteligível para aqueles e aquelas que estão rompendo com o padrão normativo de gênero, para estas pessoas resta a precariedade, resta a vida não passível de luto. E lutar contra este padrão que sustenta a cisgeneridade compulsória exige não apenas **afirmar as identidades trans e travestis**, mas **desconstruir os próprios dispositivos que o mantém como um regime de organização social e cultural**.

Encerro o artigo, mas não as discussões sobre essa temática, buscando esperar com as provocações da autora Judith Butler¹⁰ (2017) precisamos ser capazes de abrir nossas mentes para entender com quem co-habitamos no mundo, não para subordina-los a uma forma de viver, mas para aceitar modos de vida no plural, a complexidade de que somos feitos.

Referências

AGAMBEM, Giorgio. O que é um dispositivo? *Outra travessia*, Ilha de Santa Catarina, n.5, p. 9-16, 2005.

ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE TRAVESTIS E TRANSEXUAIS (ANTRA). *Mapa dos assassinatos de travestis e transexuais no Brasil*. Disponível em: <https://antrabrasil.org/assassinatos/> Acesso em: 02 abr. 2024.

10 Palestra da autora Judith Butler na Unifesp “Por uma convivência democrática radical” em novembro de 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bl_-JVeI-EM. Acesso em: 14 jun. 2024.



- BENTO, Berenice. Transfeminicídio: violência de gênero e o gênero da violência. In: COLLING, Leandro (org.). *Dissidências sexuais e de gênero*. Salvador: EDUFBA, 2016. p. 43-68.
- BENTO, Berenice. Necrobiopoder: Quem pode habitar o Estado-nação?. *Cadernos pagu*, [s.l.], e185305, 2018.
- BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto*. 5. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.
- BUTLER, Judith. *Vidas precárias: os poderes do luto e da violência*. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.
- CARTA CAPITAL. Judith Butler: Por uma convivência democrática radical. *Youtube*. 6 nov. 2017. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=Bl_-JVeI-EM acesso em: 14 jun. 2024.
- CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. *Revista estudos feministas*, [s.l.], v. 10, p. 171-188, 2002.
- LEITE JR, Jorge. *Nossos corpos também mudam: a invenção das categorias “travesti” e “transsexual” no discurso científico*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Em Defesa da Sociedade*. Tradução de Ermantina Galvão. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- FOUCAULT, Michel. *Arqueologia do saber*. Trad. Luiz Felipe Baeta Neves. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Nascimento da biopolítica* São Paulo: Martins Fontes, 2008.
- JESUS, Jaqueline Gomes de. *Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos*. Brasília: Publicação online, abr. 2012. Disponível em: <https://www.diversidadessexual.com.br/wp-content/uploads/2013/04/G%C3%8ANERO-CONCEITOS-E-TERMOS.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2025.
- MBEMBE, Achille. *Necropolítica: Biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte*. N-1 edições, 2018.
- MISKOLCI, Richard. Pânicos morais e controle social: reflexões sobre o casamento gay. *Cadernos pagu*, [s.l.], p. 101-128, 2007.
- SEFFNER, Fernando. Sempre atrás de um buraco tem um olho: racionalidade neoliberal, autoritarismo fundamentalista, gênero e sexualidade na Educação Básica. *Práxis Educativa*, [s.l.], v. 15, 2020.
- SILVA, Mariah Rafaela. *Zonas de te(n)são entre desejo e nojo: Cisgeneridade como paradigma de subjetivação sexual*. Salvador, BA: Editora Devires, 2023. 210 p.
- TRANSGENDER EUROPE (TGEU). *Trans Murder Monitoring (TMM) Absolute Numbers*. 2024. Disponível em: <https://tgeu.org/trans-murder->



monitoring-2023-global-update/ acesso em: 12 abr. 2024.

VERGUEIRO, Viviane. *Por inflexões decoloniais de corpos e identidades de gênero inconformes: uma análise autoetnográfica da cisgeneridade como normatividade*. 2016. Dissertação (Mestrado em Cultura e Sociedade) – Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2016.

